



***ESTRATÉGIAS DE RESILIÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A RETOMADA
ECONÔMICA DE APARECIDA: UM ESTUDO SOBRE TURISMO RELIGIOSO E
CRISES AMBIENTAIS***

Paulo Roberto Lucas de Oliveira

Centro Universitário Fundação Santo André

<https://orcid.org/0009-0002-6187-4177>

paroluoliveira@gmail.com

**Resumo**

O presente trabalho tem como foco apresentar e discutir caminhos que tornem Aparecida mais resiliente e menos dependente economicamente de um único segmento - o turismo religioso e, para tanto, destacam-se as teorias das resiliências econômica e regional. No âmbito da economia regional, a resiliência refere-se à capacidade de uma região de suportar, absorver e se recuperar de choques ou crises, mantendo ou mesmo aprimorando suas funções essenciais e seu bem-estar socioeconômico. A metodologia adotada para esta pesquisa compreende uma abordagem qualitativa, incluindo visita técnica local, entrevistas semiestruturadas com atores-chave e análise documental. A coleta de dados foi realizada por meio de observação direta, entrevistas e levantamento de documentos oficiais. Para que regiões fortemente dependentes de um setor econômico - como o turismo religioso - possam ampliar sua capacidade de resposta a crises e se manter competitivas, torna-se fundamental o desenho de políticas públicas que aliem sustentabilidade e diversificação econômica. Essa abordagem multidisciplinar, contemplando economia, gestão de políticas públicas, estudos culturais e ambientais, permite gerar conhecimentos aplicáveis não só ao município de Aparecida, mas também a outras localidades com economias vulneráveis que dependem de fluxos turísticos sazonais ou de nicho. No caso de cidades com forte vocação religiosa e dependência econômica do turismo, como Aparecida, a adoção de estratégias de mitigação e adaptação às crises climáticas torna-se crucial, não apenas para preservar a infraestrutura turística e o bem-estar da população local, mas também para assegurar a credibilidade e a sustentabilidade do destino.

Palavras-chave: Turismo Religioso; Resiliência; Políticas Públicas; Redes e Inovação; Aparecida.

Abstract

This paper aims to present and discuss ways to make Aparecida more resilient and less economically dependent on a single segment - religious tourism. To this end, the theories of economic and regional resilience are highlighted. In the context of regional economics, resilience refers to the capacity of a region to withstand, absorb and recover from shocks or crises, maintaining or even improving its essential functions and socioeconomic well-being. The methodology adopted for this research comprises a qualitative approach, including a local technical visit, semi-structured interviews with key actors and documentary analysis. Data collection was carried out through direct observation, interviews and a survey of official documents. For regions that are heavily dependent on an economic sector - such as religious tourism - to be able to increase their capacity to respond to crises and remain competitive, it is essential to design public policies that combine sustainability and economic diversification. This multidisciplinary approach, encompassing economics, public policy management, cultural and environmental studies, allows us to generate knowledge that can be applied not only to the municipality of Aparecida but also to other locations with vulnerable economies that depend on seasonal or niche tourism flows. In the case of cities with a strong religious vocation and economic dependence on tourism, such as Aparecida, the adoption of strategies to mitigate and adapt to climate crises becomes crucial, not only to preserve the tourism infrastructure and the well-being of the local population, but also to ensure the credibility and sustainability of the destination.

Keywords: Religious Tourism; Resilience; Public Policies; Networks and Innovation; Aparecida.



1 Introdução

Aparecida é um município situado no Vale do Paraíba, no estado de São Paulo, ao longo da Rodovia Presidente Dutra, uma das principais vias de ligação entre as duas maiores metrópoles brasileiras: São Paulo e Rio de Janeiro. Essa localização estratégica favorece o fluxo de visitantes, pois possibilita o acesso rodoviário facilitado para romeiros de diversas partes do Brasil, sobretudo da região Sudeste.

A cidade é reconhecida nacional e internacionalmente por abrigar o Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, considerado o maior templo católico do país e um dos maiores do mundo. A basílica recebe milhões de visitantes anualmente: romeiros, turistas religiosos, curiosos e devotos de Nossa Senhora Aparecida (Junior, 2019; Tomazzoni & Beck, 2019). Esse fator faz com que o turismo religioso seja a principal atividade econômica local, influenciando não apenas o comércio, mas também a prestação de serviços em hotelaria, alimentação, transporte, artesanato, entre outros setores.

A relevância de Aparecida para o turismo religioso no Brasil pode ser observada em diversos aspectos:

1.1 Símbolo de Fé e Identidade Religiosa

A história da imagem de Nossa Senhora Aparecida remonta ao início do século XVIII, quando foi encontrada por pescadores no Rio Paraíba do Sul. Esse fato despertou a devoção popular e impulsionou a construção de santuários ao longo das décadas. O Santuário Nacional tornou-se um símbolo de identidade para católicos brasileiros, recebendo visitantes de todas as regiões do país, além de estrangeiros em peregrinação (Santuário Nacional de Aparecida, 2020).

1.2 Estrutura Turística Especializada

Devido ao grande volume de turistas religiosos, Aparecida conta com uma infraestrutura focada na hospitalidade e na vivência espiritual: hotéis, pousadas, restaurantes, centros de apoio ao romeiro, além de agências de turismo que organizam roteiros e pacotes de peregrinação. A



presença de lojas de artigos religiosos, quiosques, bancas de lembranças e outros estabelecimentos comerciais também configura uma importante fonte de renda para a população local (Santuário Nacional de Aparecida, [2021](#)).

1.3 Dependência Econômica do Turismo de Romeiros e Visitantes

Grande parte do PIB municipal é derivada direta ou indiretamente do turismo religioso. Segundo dados anteriores à pandemia da COVID-19, estimava-se que a cidade chegava a receber cerca de 12 milhões de visitantes por ano. Essa dependência econômica traz consigo uma vulnerabilidade acentuada: em épocas de crise, seja em função de pandemias, recessões econômicas ou desastres naturais, a cidade sofre uma queda significativa no fluxo de visitantes, impactando rapidamente a renda das famílias e o orçamento público, que se alimenta, por exemplo, de impostos sobre serviços e compras relacionadas ao turismo. Pequenos comerciantes, ambulantes, redes hoteleiras e agentes de serviços, guias de turismo, motoristas, são particularmente afetados, pois dependem quase exclusivamente do afluxo de romeiros para sustentar seus negócios (Santuário Nacional de Aparecida, [2021](#)).

1.4 Perspectivas e Desafios

Apesar do status consolidado de principal destino de turismo religioso do Brasil, Aparecida enfrenta o desafio de diversificar suas atividades econômicas para reduzir os riscos associados à sazonalidade e às crises externas. A cidade tem potencial para desenvolver outras formas de turismo complementar e atrair novos perfis de visitantes, mas isso requer políticas públicas efetivas, planejamento estratégico e sinergias entre governo municipal, iniciativa privada, igreja e comunidade local. A integração com o circuito turístico do Vale do Paraíba e a cooperação intermunicipal também podem ampliar as oportunidades de fortalecimento regional, considerando a proximidade com cidades históricas, paisagens naturais, circuitos de aventura e patrimônio cultural.



1.5 Vulnerabilidades da economia local frente a crises

Como ficou evidente durante a crise da COVID-19, a adoção de medidas restritivas de circulação e a paralisação de viagens turísticas afetaram drasticamente Aparecida. O turismo religioso foi praticamente interrompido, gerando prejuízos em diversos setores interligados, desde serviços de alimentação e hospedagem até o comércio de lembranças religiosas, causando queda abrupta na arrecadação municipal e alto índice de desemprego.

A região do Vale do Paraíba, onde Aparecida se localiza, é suscetível a enchentes e deslizamentos de terra, especialmente em períodos de chuvas intensas. Além disso, extremos de temperatura ou seca podem comprometer o abastecimento hídrico e prejudicar a logística local. Tais eventos causam danos à infraestrutura turística, à mobilidade e, conseqüentemente, à atratividade da cidade.

A poluição de corpos hídricos e a ocupação desordenada do solo podem impactar negativamente tanto a qualidade de vida dos moradores quanto a imagem turística do município. Em contextos em que o aspecto religioso e a contemplação da natureza são fatores importantes para a experiência do romeiro, a degradação ambiental pode afastar visitantes e comprometer a sustentabilidade econômica de longo prazo.

2 Referencial Teórico

2.1 Turismo Religioso e Desenvolvimento Regional

O turismo religioso é uma modalidade de turismo motivada fundamentalmente pela fé, devoção, culto ou interesse em locais sagrados e eventos religiosos. Em muitas cidades, principalmente aquelas que sediam importantes santuários, celebrações, romarias ou festas ligadas a manifestações de religiosidade, esse segmento turístico representa não apenas um fenômeno cultural e espiritual, mas também um motor econômico de grande relevância (Algahtani et al., 2021; Kowalczyk et al., 2020).

Além de aspectos de fé, há também componentes de curiosidade cultural e interesse histórico, pois esses destinos costumam estar ligados a narrativas e tradições de grande valor



sociocultural (Hardy et al., 2019; Kumar et al., 2022; Mukhlis et al., 2022).

O turismo religioso engloba viagens cujo principal objetivo está associado à devoção, à peregrinação, à participação em cerimônias religiosas ou à busca de experiências espirituais em lugares considerados sagrados. Isto o torna bastante abrangente, apresentando esta diversidade de formatos:

- Peregrinações: tradicionalmente, as peregrinações envolvem deslocamentos a pé ou em grupos, ao longo de rotas sagradas, como o Caminho de Santiago, Espanha, ou a peregrinação a Meca, Islã.
- Viagens Devocionais: mais comuns em cenários católicos ou cristãos, essas viagens podem incluir visitas a basílicas, santuários e locais onde ocorreram supostos milagres ou aparições.
- Turismo Religioso-Cultural: em muitos casos, há uma sobreposição entre turismo religioso e cultural, pois os visitantes têm interesse em conhecer a história, a arquitetura e as tradições populares que cercam os santuários.
- Romarias e Festividades: as romarias são típicas em países de grande tradição católica, envolvendo eventos festivos, procissões e celebrações que mobilizam tanto a comunidade local quanto visitantes.

O turismo religioso pode apresentar alta concentração em datas específicas, festas e datas comemorativas, criando picos de visitação e, posteriormente, períodos de menor movimento. A chegada de grandes quantidades de visitantes influencia a dinâmica cultural do lugar, tanto no sentido de preservar tradições religiosas quanto de adaptar comportamentos e espaços às demandas dos peregrinos e turistas. Lugares de turismo religioso geralmente desenvolvem toda uma rede de hospedagem, alimentação e serviços específicos para acolher viajantes em busca de experiências de fé.

Em muitos países, o turismo religioso impulsiona significativamente o desenvolvimento local e regional. As chamadas cidades-polo de peregrinação ou visitação religiosa conseguem atrair investimentos, gerar empregos e fomentar outros segmentos correlacionados como comércio, artesanato, gastronomia e eventos culturais (Agag et al., 2022; Allal-Chérif, 2022; Tsironis,



2022). Dois exemplos clássicos no cenário internacional são Fátima, em Portugal, e Lourdes, na França.

2.1.1 Fátima, Portugal

Fátima se tornou um dos principais destinos de peregrinação católica do mundo a partir das aparições de Nossa Senhora em 1917, segundo a tradição local. A cidade, antes voltada principalmente à agricultura, transformou-se em um polo de serviços e comércio voltados ao turismo religioso, incluindo hotéis, restaurantes, lojas de artigos religiosos e espaços de eventos.

O governo português, em parceria com a Igreja, investiu na melhoria da infraestrutura de acesso, estradas, sinalizações e na divulgação internacional do destino, consolidando Fátima como um lugar de encontros internacionais, especialmente para romarias anuais e celebrações pontifícias. A dinâmica de Fátima favorece a economia de municípios próximos, que fornecem insumos, mão de obra e serviços complementares. Isso gera um ciclo econômico positivo, sobretudo em datas-chave do calendário católico.

2.1.2 Lourdes, França

Lourdes despontou como destino religioso após as aparições marianas a Bernadette Soubirous, em 1858. Hoje, é reconhecida como um dos maiores centros de peregrinação católica na Europa. Conta com uma das maiores ofertas de hospedagem da França, atrás apenas de grandes capitais e centros urbanos. Hotéis, pensões e casas de acolhida para doentes e fiéis fazem parte da principal fonte de receita local.

Um diferencial de Lourdes é a existência de uma estrutura assistencial para romeiros enfermos, que buscam a cura ou melhoria de saúde. Essa estrutura reforça o papel do turismo religioso, indo além do aspecto puramente comercial e abrangendo serviços sociais e de saúde. O fluxo de peregrinos mantém viva a vocação religiosa, mas também impulsiona expressões culturais, feiras e atividades artísticas ligadas às tradições católicas, ampliando as oportunidades de emprego e renda na região.

Em Fátima e Lourdes, observa-se um planejamento que busca organizar a recepção aos peregrinos, evitando caos urbano e provendo serviços adequados: transporte público, acolhi-



mento, segurança, limpeza. As populações locais são ativas na provisão de serviços, hotéis familiares, pequenos restaurantes, artesanato e no acolhimento a visitantes, criando oportunidades para micro e pequenas empresas.

Embora o foco seja o turismo religioso, há iniciativas de integração de rotas turísticas que valorizem a cultura regional, a gastronomia e os atrativos naturais, ampliando o tempo de permanência do turista e reduzindo a sazonalidade. A cooperação entre autoridades religiosas, governamentais e empresariais é essencial para a captação de recursos, promoção internacional do destino e manutenção da infraestrutura.

Cidades que são polos de turismo religioso atuam como motores de crescimento em suas regiões, pois geram demanda por serviços, estimulam o comércio e incrementam a circulação de capitais.

2.2 Teorias de Resiliência Econômica e Regional

A resiliência é um conceito multidisciplinar que tem sido aplicado em diversas áreas, como ecologia, economia, ciências sociais e planejamento urbano-regional. No âmbito da economia regional, a resiliência refere-se à capacidade de uma região de absorver e se recuperar de choques ou crises, mantendo suas funções essenciais e seu bem-estar socioeconômico (Watson & Deller, 2021). Essa perspectiva dialoga com as ideias pioneiras de Holling (1973) sobre resiliência ecológica e as contribuições posteriores de Folke (2006) no contexto de sistemas socioecológicos.

Holling (1973) introduziu o termo resiliência no campo da ecologia, definindo-o como a capacidade de um ecossistema de absorver perturbações e reorganizar-se, sem perder suas funções e identidades fundamentais. Essa visão é diferente do entendimento tradicional de estabilidade, pois foca em como o sistema pode conviver com mudanças contínuas e, ainda assim, manter sua essência.

Adaptando-se para as ciências econômicas e sociais, a ideia de resiliência sistêmica desloca o foco de apenas “voltar ao estágio anterior” para a possibilidade de evoluir e melhorar diante das adversidades.

Folke (2006) amplia o conceito de Holling, enfatizando a natureza interdependente entre



sistemas sociais e ecológicos. Nessa abordagem, não há uma separação nítida entre o ambiente e a sociedade, pois ambos se influenciam continuamente. Para Folke, a resiliência envolve não só a capacidade de suportar choques, mas também de aprender, inovar e transformar as estruturas existentes, quando necessário, em resposta às condições que se modificam.

Em contextos urbanos e regionais, isso significa integrar planejamento urbano, governança, ciência ambiental e participação comunitária, criando sistemas mais flexíveis e adaptativos.

A capacidade adaptativa pode ser entendida como o conjunto de recursos, habilidades e práticas que permitem a um território responder a perturbações, ajustando suas estruturas econômicas e sociais. Em regiões turísticas, como Aparecida, essa capacidade se traduz na prontidão para lidar com imprevistos que afetem o fluxo de visitantes e na habilidade de se reorganizar economicamente.

Quando os choques são intensos ou as condições externas mudam radicalmente, apenas se adaptar não é suficiente; exige-se uma transformação mais profunda. A transformação implica reconfigurar instituições, criar novas formas de governança, buscar inovações tecnológicas e repensar o uso de recursos naturais ou os modelos de negócio.

Cidades que se tornam mais resilientes após uma crise normalmente passam por um processo de aprendizagem coletiva e mudanças estruturais, adotando soluções que fortalecem sua competitividade e reduzem vulnerabilidades (Shinde & Olsen, 2023).

A experiência de enfrentar crises proporciona oportunidades para repensar práticas e políticas. A aprendizagem envolve tanto a reflexão sobre erros e acertos no manejo de crises anteriores quanto a incorporação de novos conhecimentos científicos, tecnológicos, comunitários. Em termos de planejamento regional, aprender com eventos passados permite aprimorar mecanismos de resposta, planos de contingência, fundos emergenciais, melhoria de infraestrutura etc. (Bui et al., 2020).

Essa aprendizagem também se manifesta em adaptações incrementais no cotidiano das comunidades, como a adoção de tecnologias digitais, novas abordagens de marketing turístico e estratégias de cooperação em rede.

Um pilar fundamental para a resiliência econômica é a diversificação das atividades, de



forma que a região não dependa exclusivamente de um único setor. Em destinos onde o turismo religioso predomina, a criação de atrativos complementares, parcerias com setores tecnológicos ou iniciativas culturais e gastronômicas podem ampliar as fontes de renda e mitigar riscos de colapso em períodos de baixa.

A construção de resiliência regional exige participação ativa do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil. Modelos de governança colaborativa, em que diferentes atores se reúnem para discutir e implementar soluções, tornam as decisões mais legítimas e eficazes.

A inovação desempenha papel-chave na capacidade de adaptação e transformação: adoção de novas tecnologias para gestão de riscos, desenvolvimento de plataformas digitais para o setor de turismo, parcerias intermunicipais ou internacionais para troca de experiências e redes de cooperação entre municípios, universidades, empresas e ONGs facilitam a difusão de conhecimento e fortalecem a coesão regional diante de desafios compartilhados.

2.3 Políticas Intersetoriais, Governança Colaborativa e Participação Social

Políticas intersetoriais são aquelas que transcendem os limites de uma única área ou secretaria de governo, articulando ações integradas para lidar com problemas complexos. Em cidades dependentes do turismo religioso, a implementação de projetos muitas vezes exige a confluência de diferentes campos: infraestrutura, desenvolvimento econômico, cultura, meio ambiente e saúde (Capella, 2018). A efetividade dessas políticas depende de coordenação governamental e de mecanismos que facilitem o intercâmbio de informações e recursos entre órgãos públicos.

A governança colaborativa implica na participação conjunta de governo, iniciativa privada, organizações sociais e cidadãos na formulação e execução de políticas. Ao invés de decisões de cima para baixo, busca-se criar fóruns, conselhos ou espaços de diálogo permanente, onde os diversos interessados possam manifestar prioridades, negociar recursos e acompanhar a efetivação das ações (Matta & Verdan, 2023).

Em destinos turísticos, esse modelo traz maior legitimidade e engajamento na definição de estratégias. Por exemplo, a participação de lideranças religiosas é essencial em cidades



cuja atividade principal gira em torno de um santuário ou evento de fé, garantindo que as propostas sejam compatíveis com a cultura local e as necessidades do público-alvo. Exemplos de boas práticas incluem conselhos municipais de turismo, conselhos de meio ambiente, câmaras técnicas de desenvolvimento econômico e parcerias público-privadas.

A participação social vai além da mera consulta à população, envolvendo processos de cogestão e controle social das políticas públicas. Isso pode ocorrer por meio de audiências públicas, orçamentos participativos, conselhos gestores, entre outros instrumentos legais.

Para projetos de sustentabilidade e diversificação econômica, a participação ativa de associações comunitárias, artesãos, comerciantes e entidades religiosas potencializa a adesão às medidas propostas, amplia a difusão do conhecimento e fortalece a capacidade de monitoramento das ações pelo próprio corpo social. Esse engajamento social cria sentido de pertencimento e aumenta a probabilidade de as iniciativas se manterem no longo prazo, mesmo diante de mudanças políticas.

2.3.1 Incentivo à Inovação

Governos podem fomentar incubadoras e parques tecnológicos para acelerar o desenvolvimento de soluções voltadas ao setor turístico, como aplicativos de mobilidade, plataformas de marketing digital e sistemas de gestão hoteleira mais inteligentes. A oferta de cursos, *workshops* e consultorias em áreas como economia criativa, design de serviços turísticos e gestão de eventos religiosos ajuda a qualificar a mão de obra local e atrai talentos para a região.

Políticas de crédito facilitado, isenção de impostos ou bolsas de pesquisa estimulam empreendedores a criarem produtos e serviços inovadores que possam diversificar a economia, reduzindo a dependência exclusiva do turismo de romaria.

2.3.2 Economia Verde

A economia verde parte da premissa de alinhar crescimento econômico e sustentabilidade ambiental, valorizando cadeias produtivas de baixo impacto e considerando os limites ecológicos do território.

Em cidades turísticas, isso pode envolver: uso de energias renováveis em hotéis, pou-



sadas e estabelecimentos comerciais; gestão de resíduos sólidos centrada na coleta seletiva, reciclagem e reaproveitamento, diminuindo o acúmulo de lixo em períodos de grande afluxo de visitantes; promoção de cadeias locais sustentáveis como produções agroecológicas, artesanato com materiais renováveis, gastronomia regional com ingredientes de origem controlada; certificações ambientais e selo verde para empresas que adotem boas práticas, conferindo maior atratividade ao destino junto a turistas conscientes.

2.3.3 Turismo Sustentável

O turismo sustentável leva em conta não apenas a rentabilidade econômica, mas também a preservação ambiental e a responsabilidade social com as comunidades anfitriãs. O planejamento turístico inclui o controle de carga turística, quantidade de visitantes suportável sem causar degradação ou sobrecarga dos serviços, a análise dos impactos sobre a cultura local e a definição de períodos de visitação respeitando a capacidade do ambiente.

A diversificação de roteiros que contemplem patrimônios históricos, belezas naturais e valores culturais da região, além da dimensão religiosa, amplia o leque de interesses dos visitantes e diminui a sazonalidade. A adoção de práticas para conscientizar romeiros/visitantes sobre o consumo responsável de água e energia, a correta disposição de resíduos e o respeito às tradições culturais, fortalece o compromisso coletivo com a sustentabilidade.

2.3.4 Ferramentas de Governança

Os planos diretores e normas urbanísticas visam orientar o uso do solo e proteger áreas de interesse ambiental, garantindo que a expansão urbana e turística aconteça de forma ordenada, com menor risco de poluição, enchentes e degradação ecológica.

Os Conselhos Municipais de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento reúnem representantes do poder público, da igreja, em caso de turismo religioso, de empresários e da sociedade civil para discutir prioridades e aprovar projetos.

Quando políticas públicas direcionam investimentos para inovação, sustentabilidade e governança colaborativa, a cidade passa a ter condições mais favoráveis para atrair novos empreendimentos e qualificar a prestação de serviços, reduzindo a dependência de um único fluxo



turístico.

A articulação entre diferentes setores propicia a formação de clusters regionais de desenvolvimento, favorecendo o surgimento de micro e pequenas empresas que geram empregos e estimulam a competitividade local.

Dessa maneira, a economia local se torna mais resiliente, pois, ainda que ocorram crises como por exemplo, uma redução drástica no número de romeiros por motivos climáticos ou sanitários, outros segmentos econômicos podem compensar parcialmente as perdas.

2.4 Discussão

Diante da intensificação de eventos extremos e das instabilidades resultantes, muitas comunidades e governos locais têm adotado estratégias que visam tanto a redução dos impactos, mitigação, quanto a preparação para a convivência com riscos, adaptação. Algumas práticas recorrentes são:

2.4.1 Planejamento e Gestão de Riscos

- Planos de Contingência: elaboração de protocolos de emergência para lidar com inundações, tempestades ou desastres, definindo rotas de evacuação, pontos de apoio e comunicação.
- Zoneamento Ecológico-Econômico: mapeamento de áreas de risco e delimitação de zonas para construção, cultivo ou atividades turísticas, restringindo o uso de espaços ambientalmente frágeis.
- Leis e Regulamentações: adoção de códigos de construção e normas que exijam padrões de edificação mais resistentes a desastres naturais como por exemplo estruturas elevadas em áreas suscetíveis a enchentes.

2.4.2 Infraestrutura Resiliente

- Obras de Proteção: construção de barragens, diques, muros de contenção e canais de drenagem para mitigar o impacto de enchentes e deslizamentos.



- Soluções Baseadas na Natureza: em vez de apenas soluções estruturais, incentiva-se a recuperação de manguezais, matas ciliares, parques lineares e corredores verdes, pois ambientes naturais preservados aumentam a capacidade de absorção de água e reduzem danos causados pelas chuvas.
- Redundância de Serviços: investimento em sistemas alternativos de abastecimento de água e energia como por exemplo, energia solar, eólica, captação de água da chuva, reduz a dependência de redes públicas que podem falhar em eventos extremos.

2.4.3 Aprimoramento da Governança e do Engajamento Social

- Participação da Comunidade: processos participativos que envolvem moradores, empresários e gestores públicos no planejamento, na execução e no monitoramento de ações de adaptação. Isso fortalece a responsabilidade coletiva e aumenta a eficácia das medidas.
- Educação Ambiental e Conscientização: campanhas educativas que esclarecem sobre riscos climáticos e estimulam práticas sustentáveis como economia de água, gestão de resíduos e menor consumo de energia têm papel fundamental na mudança de comportamentos.
- Sistemas de Alerta Precoce: implantação de mecanismos de comunicação como sirenes, aplicativos, mensagens em celular, para avisar a população e os visitantes sobre eventos críticos iminentes.

2.4.4 Diversificação Econômica e Turística

- Produtos Turísticos Alternativos: incentivo a modalidades de turismo não afetadas significativamente por sazonalidades climáticas (circuitos gastronômicos, turismo cultural, congressos e eventos *indoor*), reduzindo a dependência das atividades mais suscetíveis a mudanças climáticas.
- Fomento à Economia Criativa: apoio a pequenos negócios relacionados à arte, artesanato, tecnologia e serviços digitais (Vieira, 2023), para que a comunidade tenha outras fontes de renda quando ocorrem bloqueios ou quedas bruscas no turismo.



- Promoção de Destinos Seguros: uso de marketing que destaque a preparação da localidade para lidar com eventos climáticos, reforçando a ideia de segurança e confiabilidade para o turista.

2.4.5 Articulação em Redes de Cooperação

- Colaboração Intermunicipal e Regional: troca de experiências e recursos com cidades próximas que também sofrem impactos de crises ambientais, formando consórcios regionais para captação de verbas, treinamento de equipes de resgate, pesquisa e tecnologia.
- Parcerias com Institutos de Pesquisa e Organizações Internacionais: projetos conjuntos para monitorar as mudanças climáticas, desenvolver cenários futuros e testar soluções inovadoras de mitigação e adaptação.

3 Conclusão

Se as localidades dependentes do turismo - sejam religiosas ou de outra natureza - não se prepararem para enfrentar uma intensificação de eventos extremos, correm o risco de vivenciar prejuízos repetitivos e cada vez mais graves. Ao adotarem medidas integradas de mitigação, redução de riscos e danos, e adaptação, preparação para conviver com novas condições climáticas, esses destinos ampliam a capacidade de continuar funcionando em cenários adversos, promovendo uma economia mais estável e sustentável a longo prazo.

No caso específico de Aparecida e outras cidades onde o turismo religioso é predominante, a adoção de políticas públicas integradas que contemplem sustentabilidade e diversificação econômica é crucial para garantir a perenidade e a qualidade de vida local.

Concernente às políticas públicas inovadoras e sustentáveis para promover a recuperação e a resiliência econômica de Aparecida destacam-se:

- Recuperação Pós-Crise: a experiência pandêmica demonstrou que a dependência praticamente exclusiva do turismo religioso torna a economia local frágil diante de oscilações externas. Assim, torna-se urgente adotar políticas que facilitem a retomada econômica, garantindo apoio aos pequenos empreendedores, fomentando linhas de crédito acessíveis e



requalificando profissionais que atuam no setor de serviços.

- **Diversificação Produtiva:** para minimizar o risco de colapsos futuros, é essencial que Aparecida invista em alternativas de geração de renda que extrapolem o turismo religioso, como o desenvolvimento de um circuito histórico-cultural, o fortalecimento do artesanato, a exploração de rotas gastronômicas ou ecológicas, além de parcerias com setores de tecnologia e inovação. Políticas públicas precisam, portanto, incentivar novos nichos e oferecer suporte técnico para a criação de negócios emergentes, reduzindo a dependência de um único segmento.
- **Inovação e Sustentabilidade:** a adoção de novas tecnologias e práticas sustentáveis pode fortalecer a imagem da cidade como destino turístico responsável, ao mesmo tempo em que contribui para mitigar impactos ambientais e criar empregos verdes. Exemplos incluem a promoção de energias renováveis em hotéis e pousadas, o uso de plataformas digitais para melhorar a gestão turística, a inserção de aplicativos que facilitem a mobilidade e a oferta de serviços de ecoturismo.
- **Planejamento e Governança:** a implementação de ações eficazes demanda uma governança compartilhada, na qual o poder público, a iniciativa privada, as lideranças religiosas e a comunidade local atuem de forma articulada. O planejamento urbano deve prever adaptações às mudanças climáticas, com infraestrutura preparada para eventos climáticos extremos e preservação dos recursos naturais. Nesse sentido, planos diretores participativos e políticas setoriais orientadas por dados como a análise de riscos podem permitir tomadas de decisão mais assertivas.
- **Redes de Cooperação:** a formação de redes de cooperação com outras cidades de turismo religioso, no Brasil ou no exterior, e a parceria com instituições de ensino e pesquisa podem fortalecer a capacidade local de inovar. Esse intercâmbio de experiências e conhecimentos, somado ao fomento de projetos de pesquisa aplicada, estimula soluções originais e adaptadas à realidade de Aparecida.



Referências Bibliográficas

- Junior, F. D. A. (2019). Diretrizes gerais da ação evangelizadora da igreja do brasil 2019-2023. *Perspectiva Teológica*, 51(3), 539. <https://doi.org/10.20911/21768757v51n3p539/2019>
- Tomazzoni, E. L., & Beck, D. T. (2019). The Socioeconomic Potentials of the Religious Tourism of the State of São Paulo (Brazil). Em *Handbook of Research on Social Marketing and Its Influence on Animal Origin Food Product Consumption* (pp. 275–289). <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-5730-2.ch015>
- Santuário Nacional de Aparecida. (2020). *Aparecida: História e Tradição Religiosa no Brasil*. Editora do Santuário.
- Santuário Nacional de Aparecida. (2021). *Impactos da pandemia no turismo de Aparecida* [Acesso em: 3 fev. 2024]. <https://www.aparecida.sp.gov.br/secretaria-de-turismo/impactos-da-pandemia-no-turismo-de-aparecida>
- Algahtani, F. D., Hassan, S.-N., Alsaif, B., & Zrieq, R. (2021). Assessment of the Quality of Life during COVID-19 Pandemic: A Cross-Sectional Survey from the Kingdom of Saudi Arabia. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(3), 847. <https://doi.org/10.3390/ijerph18030847>
- Kowalczyk, O., Roszkowski, K., Montane, X., Pawlitzak, W., Tylkowski, B., & Bajek, A. (2020). Religion and Faith Perception in a Pandemic of COVID-19. *Journal of Religion and Health*, 59(6), 2671–2677. <https://doi.org/10.1007/s10943-020-01088-3>
- Hardy, S. A., Nelson, J. M., Moore, J. P., & King, P. E. (2019). Processes of Religious and Spiritual Influence in Adolescence: A Systematic Review of 30 Years of Research. *Journal of Research on Adolescence*, 29(2), 254–275. <https://doi.org/10.1111/jora.12486>
- Kumar, S., Sahoo, S., Lim, W. M., & Dana, L.-P. (2022). Religion as a social shaping force in entrepreneurship and business: Insights from a technology-empowered systematic literature



review. *Technological Forecasting and Social Change*, 175, 121393. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121393>

Mukhlis, H., Ibraheem Shelash Al-Hawary, S., Viet Linh, H., Rasool Hani, I., & Adnan, S. (2022). Religious capital and job engagement among Malaysian Muslim nurses during the COVID-19 pandemic. *HTS Teologiese Studies / Theological Studies*, 78(1). <https://doi.org/10.4102/hts.v78i1.7830>

Agag, G., Aboul-Dahab, S., Shehawy, Y. M., Alamoudi, H. O., Alharthi, M. D., & Hassan Abdelmoety, Z. (2022). Impacts of COVID-19 on the post-pandemic behaviour: The role of mortality threats and religiosity. *Journal of Retailing and Consumer Services*, 67, 102964. <https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2022.102964>

Allal-Chérif, O. (2022). Intelligent cathedrals: Using augmented reality, virtual reality, and artificial intelligence to provide an intense cultural, historical, and religious visitor experience. *Technological Forecasting and Social Change*, 178, 121604. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2022.121604>

Tsironis, C. N. (2022). Pilgrimage and Religious Tourism in Society, in the Wake of the COVID-19 Pandemic: A Paradigmatic Focus on ‘St. Paul’s Route’ in the Central Macedonia Region, Greece. *Religions*, 13(10), 887. <https://doi.org/10.3390/rel13100887>

Watson, P., & Deller, S. (2021). Tourism and economic resilience [Original work published 2022]. *Tourism Economics*, 28(5), 1193–1215. <https://doi.org/10.1177/1354816621990943>

Holling, C. S. (1973). Resilience and stability of ecological systems. *Annual Review of Ecology and Systematics*, 4, 1–23. <https://doi.org/10.1146/annurev.es.04.110173.000245>

Folke, C. (2006). Resilience: The emergence of a perspective for social–ecological systems analyses. *Global Environmental Change*, 16(3), 253–267. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2006.04.002>



Shinde, K. A., & Olsen, D. H. (2023). Reframing the Intersections of Pilgrimage, Religious Tourism, and Sustainability. *Sustainability*, 15(1), 461. <https://doi.org/10.3390/su15010461>

Bui, H. T., Jones, T. E., Weaver, D. B., & Le, A. (2020). The adaptive resilience of living cultural heritage in a tourism destination. *Journal of Sustainable Tourism*, 28(7), 1022–1040. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1717503>

Capella, A. C. N. (2018). *Formulação de Políticas Públicas*. Enap.

Matta, F., & Verdan, R. (2023). *Gestão de ecossistemas sociais*. Appris.

Vieira, A. (2023). *Desenvolvimento regional e economia criativa*. UECE.